



**Ata da Sessão Ordinária da
Assembleia Municipal do Concelho
de Figueira de Castelo Rodrigo,
realizada no dia vinte e quatro
de fevereiro de dois mil e doze**

-----Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e doze, pelas dez horas, no Auditório da Casa da Cultura, comigo, Lucília de Jesus Patrício Velho, Assistente Técnica da Câmara Municipal, compareceram os Senhores Deputados para a realização da sessão ordinária da Assembleia Municipal, convocada de acordo com o n.º 1, do artigo 49º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

-----O Senhor Luís Ricardo Beato Pereira, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos. -----

-----Ao efetuar a chamada, verificou-se a ausência dos Senhores Deputados: -----

----- - Teodoro Augusto Farias, Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal; -----

----- - Tomás Monteiro Gouveia, Presidente da Junta de Freguesia de Vermiosa; -----

----- - Mário Daniel Carneiro André, Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Amargo;

-----O Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal comunicou a justificação dos Deputados: Teodoro Augusto Farias, Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal e de Mário Daniel Carneiro André, Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Amargo por motivos profissionais." -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal:** " No sentido de constituirmos a Mesa para podermos começar esta Sessão da Assembleia Municipal pediria a presença do Senhor Deputado António José Lourenço Quadrado, enquanto Segundo Secretário em exercício. Tal como foi do conhecimento de todos na ordem de trabalhos distribuída que esta é uma Assembleia um pouco fora do habitual, na qual iremos eleger a nova Mesa e os três novos elementos que a compõem, isto resultante do pedido de resignação do Dr. Mário José Pimentel Saraiva Salvado, que num ponto mais adiantado desta ordem de trabalhos iremos aprovar um Voto de Louvor, no qual está em anexo o pedido de resignação e as motivações a ele conexas. Contudo é de lamentar

infelizmente a ausência deste ilustre Deputado Municipal, mas são as contingências da vida e com pena minha foi uma decisão ponderada e, talvez arrastada por minha culpa pois a pedido meu não aconteceu mais cedo, só que chegou a altura que tinha de ser tomada e foi de consciência a melhor decisão por certo para ele e, espero sinceramente que ajude a melhorar o seu estado de saúde, isto porque uma das grandes preocupações que tinha era ser Presidente da Assembleia Municipal." -----

-----**1- Período Antes da Ordem do Dia:** -----

-----**1.1. Eleição dos membros da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade ao disposto no artigo 45º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e dos artigos 2º e 4º do Regimento desta Assembleia Municipal.**

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal:** “

De acordo com o estipulado no Regimento e na Lei das Autarquias Locais essa eleição será por voto secreto e à apresentação das listas e não uninominal, isto é, as listas presentes a esta Mesa irão ser sufragadas por todos por voto secreto aqui neste período. A Mesa recebeu apenas uma Lista, a Lista A, à qual vou passar a ler a sua composição, em que para Presidente da Mesa foi proposto Luís Ricardo Beato Pereira, 1º Secretário Francisco Costa Santa Comba e 2º Secretário António José Lourenço Quadrado. Esta será a Lista que estará à votação e abro à discussão para o caso de alguém que tiver alguma coisa a opor, este será o momento indicado para proferir algumas palavras prévias à eleição. Não havendo inscrições iremos passar diretamente à votação a qual será por voto secreto, em que a secretária da assembleia municipal irá distribuir um voto e, eu chamarei individualmente cada um de vocês para exercer o seu direito de voto. Assim, vou dar início à chamada de todos os Senhores Deputados presentes, uma vez que não compareceram nesta sessão os Senhores Teodoro Augusto Farias, Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal, Tomás Monteiro Gouveia, Presidente da Junta de Freguesia de Vermiosa e Mário Daniel Carneiro André, Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Amargo, tal como o Senhor Deputado Nelson Rebolho Bolota e a Senhora Anabela Saraiva Pinto Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Freixeda do Torrão que não se encontram neste momento para se efetuar a respetiva votação, e de seguida iremos proceder à sua contagem. Depois de termos apurado o resultado do escrutínio, votaram trinta Deputados, dois votos em branco, um voto nulo e vinte e sete a favor. Neste momento encontra-se eleita a Mesa conforme vos foi indicado e, passaremos a dar posse aos membros da Mesa da Assembleia Municipal.

Nesse sentido vou dar posse ao Senhor Segundo Secretário, António José Lourenço Quadrado.” -----

----- **António José Lourenço Quadrado, Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Juro por minha honra, que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.” -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal:** “ De seguida passo a dar posse ao Senhor Primeiro Secretário, Francisco Costa Santa Comba.” -----

----- **Francisco Costa Santa Comba, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal:** “Juro por minha honra, que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas. Na qualidade de Primeiro Secretário eleito vou dar posse ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Luís Ricardo Beato Pereira.”-----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores da Câmara Municipal, Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, Senhores Deputados da Assembleia Municipal, Estimado público presente. -----

-----É com honra e sentido de serviço público que tomo posse, hoje, enquanto Presidente da Assembleia Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo. -----

-----Não poderia, neste momento, deixar de partilhar da gratidão e estima por nestes últimos dois mandatos, ter podido partilhar dos ensinamentos de um grande Homem, alguém que acima de tudo se tornou, um grande amigo e a quem agradeço de forma sentida, toda a entrega e abnegação e os doutos ensinamentos que através dele pude colher, o Dr. Mário José Pimentel Saraiva Salvado. Figura ilustre e ímpar do nosso Concelho, que por motivações conhecidas, não pôde continuar exercer o seu mandato neste fórum de discussão das bases da política municipal figueirense. -----

-----Aceitei este desafio em cumprimento do repto que me foi lançado em 2004, regressar à minha terra para ajudar a alavancar o seu capital humano, defendendo Figueira de Castelo Rodrigo, o Interior e o Poder Local, com a dedicação e entrega que sempre tentei oferecer. -----

-----Consciente do momento em que presto este juramento, momento de extrema fragilidade para a figura do municipalismo português, torna-se por demais necessário encarar de frente o desafio de exponenciar a qualidade da representação popular e da

intervenção pública dos seus eleitos locais, muito em especial dos membros desta Assembleia, por forma a imprimir um cunho de qualidade acrescida que possibilite encontrar novas soluções políticas para o bem de Figueira de Castelo Rodrigo. -----

Continuo, como sempre expressei, a entender que este Portugal é um “ País adiado”, um Portugal por cumprir, para o qual não contribuímos, mas não é por essa razão que lhe devemos virar as costas! Torna-se necessário reviver o ideal de Sá Carneiro e afirmar que “temos saudade do Futuro! Ele vai ser construído por nós!”. -----

-----Com gratidão, serei o Presidente de Assembleia Municipal mais novo de sempre a assumir estas nobres funções, uma juventude que não me constrange, uma inconformidade, irreverência e incomodidade que coabitam com a preparação pessoal e académica, que me ajudem a encarar de frente todos os desafios, fazendo com que se transformem em fator de maturação e clarividência para o cumprimento dos objetivos que nortearão a ação desta casa no restante do mandato que nos resta cumprir.” -----

Vira-se desta forma uma página no livro branco desta casa, tendo-se alcançando um entendimento sério entre todos para a constituição desta nova Mesa que passarei a liderar, um exemplo para o futuro, que espero que faça escola por muitos anos para o bem do nosso Concelho. -----

-----Reforço os esforços que esta Assembleia fará, junto da Câmara Municipal na procura das melhores soluções que permitam alcançar entendimentos sérios e que consigam trazer prosperidade e sucesso a este Concelho. -----

-----Muito obrigado e Bem hajam a todos.-----

-----Juro por minha honra, que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas. --

-----Nesse sentido vamos continuar na nossa ordem de trabalhos, uma vez que esta parte foi ultrapassada com relativo sucesso.” -----

-----**1.2. Eleição de um membro para integrar a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Urbana das Beiras, nos termos do artigo 11, da Lei n.º 45/2008, de 27 de agosto.** -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Este ponto é meramente burocrático, uma vez que a constituição dos elementos que integram a Assembleia-geral da Comurbeiras eram o Presidente da Assembleia em exercício anterior, eu e a Deputada Cristiana Mendes. No sentido de que o Presidente da Assembleia Municipal coincide neste momento com um membro que estava eleito para esse órgão, vagou um lugar que era o meu anteriormente e, como tal teremos que passar a eleger esse

lugar que era o meu anteriormente e, como tal teremos que passar a eleger esse mesmo Deputado para a Assembleia-geral da Comurbeiras. Agora para não se tornar fastidioso e voltarmos a eleger por voto secreto, se ninguém se opuser e coloco essa consideração, passaremos a fazer votação com o braço no ar. Como estou a ver que ninguém se opõem, o elemento que foi indicado e uma vez que esse Deputado estava distribuído à bancada do Partido Social Democrata, esta decidiu indicar o Deputado Municipal Sérgio André da Silva Ribeiro, para substituir o anterior Deputado Luís Ricardo Beato Pereira. Colocada à votação esta eleição foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes." -----

-----**1.3. Leitura, apreciação e aprovação da ata da sessão de 29 de dezembro de 2011.** --

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " A ata foi distribuída aos Senhores Deputados, a qual é bastante extensa e não vamos fazer a sua leitura exaustiva, mas vou passar a palavra à assembleia para o caso se tiverem alguma consideração a opor. Uma vez que não há intervenções vou colocá-la à votação. Colocada à votação foi aprovada por maioria dos votos dos membros presentes, com as abstenções dos Deputados Municipais Sérgio André da Silva Ribeiro e José Maria Quadrado Tondela, uma vez que não estiveram presentes nesta sessão. Por outro lado, a Mesa encontra-se aberta a qualquer sugestão que tenha a ver com a elaboração das atas, pois como sabem desde a algum tempo atrás as atas tem vindo a alterar substancialmente, e neste momento foi escolhido o método da transcrição, que é o único que apesar de ter falhas que garante alguma lealdade naquilo que é escrito, mas infelizmente nem sempre é possível, uma vez que o discurso oral não é similar ao discurso escrito e, muitas coisas ficam desconexas e com uma interpretação estranha. Por isso se alguém tiver numa sessão posterior alguma sugestão a fazer de alteração da forma como as atas são redigidas, a Mesa estará totalmente disponível a qualquer alteração que venha a ser sugerida." -----

-----De seguida vamos entrar no período de discussão antes da ordem do dia, em que será aberto à assembleia o debate, em que já tenho uma inscrição, a do Deputado Sérgio André da Silva Ribeiro, o qual vai apresentar uma recomendação que penso que já foi distribuída pelos Senhores Deputados." -----

----- **Sérgio André da Silva Ribeiro, Deputado Municipal:** " Bom dia a todos. Eu acho que já foi entregue por todos os presentes esta recomendação que em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata queria apresentar à Câmara Municipal. -----

-----Considerando que a Fundação D. Ana Paula Águas Vaz de Mascarenhas e Garcia e Dr. Álvaro Augusto Garcia é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, criada em cumprimento de disposição testamentária feita por Dr. Álvaro Augusto Garcia e tem a sua sede na Vila de Figueira de Castelo Rodrigo. -----

-----Considerando a Fundação tem por objeto a prossecução de atividades de solidariedade social e o desenvolvimento de atividades de apoio em diferentes domínios de intervenção a crianças e jovens e respetivas famílias, e ainda, a crianças e jovens deficientes ou com problemas de inserção, visando a defesa dos seus direitos individuais e de cidadania, designadamente no quadro da promoção do direito à igualdade de oportunidades, objeto de extrema relevância para o tecido humano do nosso Concelho.-----

-----Considerando que por disposição testamentária, parte dos Corpos Gerentes da Fundação são cooptados de entre individualidades do Concelho, que exercem ou exerceram cargos públicos relevantes, de entre os quais se destacam o do Presidente da Direção Administrativa que é o Presidente da Câmara Municipal, do Secretário que é o Vice-Presidente da Câmara Municipal e do Tesoureiro que é o Pároco de Freguesia ou pessoa por este indicada. -----

-----Entendendo a atuação desta Fundação como de extrema relevância quer a nível social, quer a nível económico para o Concelho, criando direta e indiretamente, emprego e fluxos financeiros relevantes para muitos operadores económicos locais, para além do acréscimo óbvio da qualidade e bem-estar dos seus utentes. -----

-----Nesse sentido, e fundado nesses princípios, recomendamos à Câmara Municipal que apoie, excecionalmente, essa Fundação, que em razão dos seus poucos recursos próprios, não poderá suportar os custos elevados das obras de beneficiação e remodelação das suas instalações em curso, possibilitando a par, em parceira estratégica, a criação de novas valências que fixem capital humano e criem condições de sustentabilidade acrescidas que possam melhorar, ainda mais, o bem-estar e o aumento dos utentes abrangidos por essa instituição. -----

-----Assembleia Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, vinte e quatro de fevereiro de 2012, O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata. -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Muito obrigado. Em razão do teor desta recomendação vamos colocá-la à votação, mas antes ainda temos algumas intervenções.” -----

----- **Henrique Manuel Ferreira da Silva, Deputado Municipal:** “ Bom dia a todos. Quero felicitar a Mesa pela eleição e pelo facto de terem vindo a computar um elemento do Partido Socialista a esta bancada, à semelhança do que fazia quando presidia as Assembleias o Dr. Luís Pereira. Quanto à recomendação gostava de perguntar se por alguma vez os sucessivos executivos desta Câmara Municipal deixaram de apoiar aquela instituição, pois penso que nenhum deles deixou de prestar auxílio em condições económicas o concelho, com menores recursos provavelmente que agora a Câmara Municipal tenha? -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Muito obrigado. Penso que talvez seja uma resposta que possa ser dada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal.” -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ Muito obrigado. Aproveitar também a oportunidade para felicitar a nova Mesa desta magna Assembleia Municipal, e desejar que o trabalho seja sempre profícuo em prol do desenvolvimento do nosso concelho. Desejar ao Dr. Mário José Pimentel Salvado as melhoras em termos de saúde, tanto que mais à frente teremos a ocasião de apresentar um voto de louvor que foi aprovado por unanimidade em reunião de Câmara Municipal. Quanto a este respeito da fundação, é um facto que todos os executivos têm de uma forma ou de outra apoiado aquela IPSS, nem sempre através de meios financeiros porque às vezes não é necessário porque quando foi já se recorreu à banca, em que eu próprio e o resto dos elementos da Direção ficámos devedores à banca a título pessoal solidarizando-nos com a dívida da fundação, pois não podia arrastar o Município para essa situação, pois praticamente todos os que gerem este género de instituições já tiveram esta experiência, por vezes de nos atravessarmos na banca para pedirmos apoio, mas felizmente as dívidas pagaram-se e não tem havido problemas de maior e, portanto de um modo geral posso dizer que os diferentes executivos têm apoiado o funcionamento daquela casa. Contudo nos tempos correntes estão-se a fazer intervenções maiores, ou seja, obras a que fomos obrigados quer pela Segurança Social quer pela qualidade que queremos dar ao serviço que é prestado na casa e, daí haver um arranjo exterior e interior, uma logística de espaço, de novo mobiliário e, portanto existem uma série de obras e equipamentos que estão a ser contratualizadas algumas com o apoio do Município outras só com o apoio da própria instituição.” -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Senhor Presidente, muito obrigado. Na minha opinião penso que o teor da recomendação, uma vez que assisti à sua elaboração, vai mais no sentido de alicerçar a necessidade de um apoio extraordinário e acumular a Câmara Municipal de que tenha apoio e proceda nesse âmbito, uma vez que nessa IPSS decorrem avultadas obras de beneficiação e, existem projetos que podiam ser alavancados naquela casa, a nível de captação de investimento externo nomeadamente em diversos serviços, pois eu não sou dessa área, mas técnicos da ação social poderão um dia aqui dar o seu contributo, mas existem protocolos para serem celebrados com o objetivo de ajudarem os utentes daquela instituição e, a recomendação vai apenas nesse sentido, de dar uma almofada de conforto à Câmara Municipal e de saber que reconhece esta instituição como sendo uma das mais importantes deste concelho, e que é uma marca registada para muitas das crianças que hoje frequentam essa instituição, assim como para muita gente que por lá passou. Nesse sentido e para alicerçar essa almofada, vamos colocar à votação esta recomendação a qual não é nenhuma deliberação. Colocada à votação foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes. -----

-----Continuando o período antes da ordem do dia poderão colocar as questões que entenderem, pois encontramos abertos às inscrições. Não havendo aproveitamento para informar que o Município de Figueira de Castelo Rodrigo passou a fazer parte do Conselho Diretivo da Associação Nacional dos Municípios Portugueses e, para quem esteve mais atento houve uma reunião muito recentemente com a Ministra da Justiça, em que o nosso Presidente se fez representar como Membro desse Concelho e, pessoalmente e em nome da Assembleia Municipal queria-o congratular não só a nível pessoal mas institucionalmente por representar o Município num órgão de extrema relevância, talvez seja o órgão mais importante do municipalismo português aonde se encontram reunidos todos os municípios e, nesse sentido expresse este voto de felicitação e também de sucesso para que a Associação Nacional dos Municípios Portugueses consiga pelo menos inverter algumas das medidas que estão delineadas e, que precisam da força de todos os autarcas portugueses.”

-----2- **Período da ordem do dia:** -----

-----2.1. **Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município, nos termos da alínea e) do n.º1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5 - A/2002, de 11 de janeiro.** -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Passaria a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.” -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ Muito obrigado, Senhor Presidente. A atividade do Município tem vindo a ser desenvolvida com regularidade, quer na área cultural, desportiva e também na construção de equipamentos. Neste período que mediou a última sessão da Assembleia Municipal e esta verificaram-se vários eventos, mas destacávamos sobretudo o início das obras no quartel dos Bombeiros Voluntários com o apoio do POVT e também do Município, a continuação das obras do Pavilhão Multiusos em Figueira que está praticamente concluído e que falta agora apenas equipar a nível de mobiliário e equipamentos, a construção de um lar de Terceira Idade na Vermiosa, iniciaram-se as obras que estão a decorrer em bom curso e, portanto neste momento temos três Lares de Terceira Idade a serem construídos no concelho, um na Vermiosa, outro na Reigada e outro em Vale de Afonsinho e vamos ficar com uma rede de frota social bastante apreciável e, curiosamente na Vermiosa mal começaram as obras as pessoas que estão a viver fora começaram-se logo a inscrever como utentes da associação, o que significa que não vai haver certamente problemas na ocupação das valências que o Lar virá a oferecer. A nível financeiro, não tem havido grandes alterações, pois vimos fazendo todas as amortizações dos empréstimos de médio e longo-prazo e, apenas temos a dívida das Águas do Zêzere e Coa que está agora uma parte dela a ser discutida em tribunal, porque nós não reconhecemos a dívida de saneamento tal qual como nos é apresentada e, estamos a fazer um grande esforço no sentido de diminuirmos os consumos de água e também a produção de resíduos sólidos urbanos, ou seja, tem havido mais separação de resíduos com a oferta de Ecopontos e portanto é algo que se arrasta, pois nós temos algum dinheiro e poderíamos pagar uma parte desta dívida às Águas do Zêzere e Coa mas não a reconhecemos toda como dívida, porque se só for líquida exigível e estamos em tribunal a discuti-la e, portanto a Assembleia da República obrigou-nos através da Lei do Orçamento de Estado a fazer um

acordo de pagamento a todos os municípios com as Águas do Zêzere e Coa até 15 de fevereiro, em que nós fizemos uma proposta para acordo de pagamento dos valores efetivamente faturados e aceites e não tudo o que é debitado e, portanto temos aqui este litígio com esta empresa. Quanto aos fornecedores em geral e empreiteiros aumentou um pouco a dívida em relação ao período anterior, a qual está relacionada com uma maior faturação no período, pois foram obras que avançaram mais ou que estão em fim de ciclo e então apresentaram-se mais atos de medição, mas a situação é similar à da sessão anterior.”

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Muito obrigado, Senhor Presidente. Se tiverem alguma questão que queiram colocar acerca da atividade do Município ou da situação financeira é o momento.” -----

----- **Henrique Manuel Ferreira da Silva, Deputado Municipal:** “ Da leitura que faço dos documentos apresentados na informação escrita do Senhor Presidente, de facto reconhece-se aqui uma diminuição da dívida a empreiteiros de cento e oito mil euros, contudo aumentaram as dívidas de fornecedores em geral em cerca de cinquenta e oito mil euros, e nas Águas do Zêzere e Coa perto de um milhão de euros, isto no espaço de dois meses, porque a informação do mês de dezembro serve de comparação a estes números, além de que os dados sobre juros e amortizações não aparecem no documento que nos foi distribuído, não sei se haverá alguma informação adicional que pretendem prestar. Obrigado.” -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ Os juros e amortizações neste período não se registaram, uma vez que o Município vai efetuando todas as amortizações dos empréstimos atempadamente, o que porventura acabou por ser uma coincidência. Quanto às Águas do Zêzere e Coa nós somos obrigados a lançar aqui todo o valor da dívida, embora muita dela esteja em contencioso, daí esses asteriscos que constam e outra está a ser paga em factoring e, portanto achou-se por bem alterar de certo modo esta informação que prestamos e lançar aqui o valor total, ainda que em contencioso, pois uma parte dela nós achamos que não é devida, mas só como as sentenças do tribunal estão-nos a obrigar-nos a pagar e há Câmaras Municipais aqui ao lado que estão a ser penhoradas em função desta dívida e, neste sentido à medida que esta é conhecida em tribunal nós somos obrigados a lançar o seu total e, daí este valor que é de certo modo assustador mas estamos a fazer previsões para este fim, pois esta informação não diz quanto dinheiro o Município tem disponível nem em tesouraria nem em depósitos, porventura e

talvez não sejamos obrigados e por isso não vem mencionado, mas o Município tem vindo a fazer algumas previsões e temos algum dinheiro para fazer face a estas despesas, mas muitas delas não as reconhecemos e esperamos agora que a nova Administração das Águas do Zêzere e Coa e das Águas de Portugal olhem para este problema, pois pensa-se que vai haver um empréstimo extraordinário aos trezentos e oito Municípios no âmbito da troika, para poderem pagar em vários anos o passivo acumulado às Águas de Portugal, mas ainda não está nada determinado. Agora o que nós vamos fazendo é que vamos pagando aquelas que achamos que devem ser pagas e, aquelas que achamos que são indevidas vamos-las questionando em tribunal. Curiosamente no Tribunal Administrativo de Castelo Branco como já tem as sentenças feitas não apreciam os novos factos e argumentos que lhe apresentamos, e as Câmaras Municipais são todas condenadas, pois por exemplo a Câmara de Almeida queixa-se que num mês foi-lhe faturado cem de água e nesse mesmo circuito trezentos de saneamento, ou seja, pagou três vezes mais de saneamento do que de água, isto porque choveu muito nesse período e faturaram a água toda que passou na ETAR e, portanto para nós esta questão é a que está a empolar o sistema e, as empresas de água vêm aqui uma oportunidade de faturar água da chuva como sendo saneamento e terem dinheiro para resolver os seus problemas, e enquanto o tribunal lhes for dando razão eles vão faturando e nós pagando, mas de facto eu também fico muito assustado com este valor, de dever quase dois milhões e trezentos mil euros às Águas do Zêzere e Coa, só que uma boa parte sei que não a devemos e algum dia o tribunal nos há de de dar razão." -----

----- **Cristiana Amélia Nunes Mendes, Deputada Municipal:** “ Eu só queria saber qual o valor que está a ser discutido em tribunal e, se corremos o risco dos bens da Câmara Municipal serem também penhorados tal como aconteceu em Gouveia?”-----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ De momento não lhe sei dizer o valor ao certo, mas posso-lhe dar essa informação na próxima sessão da Assembleia Municipal e se corremos o risco de penhora corremos, pois qualquer instituição que tenha um crédito sobre o Município e este não o pague por mais pequeno que seja a dívida, pode eventualmente recorrer a essa forma de se ressarcir do seu crédito e portanto é sempre um risco, pois enquanto existirem acordos de pagamento pode suceder, mas até agora não fomos, isto porque nós temos um atraso sistemático e histórico, pois quando tomei posse como Presidente da Câmara já não se pagava às Águas do Zêzere e

Coa a alguns anos e, era em consciência que não se pagava porque se achava que era uma faturação demasiada alta estarmos a pagar a água mais alta do país, ou seja, quando começámos este processo já existia uma dívida bastante significativa e, nós no entretanto vínhamos pagando, mas entraram em funcionamento todas as Etars no concelho e, aí a cobrança disparou muito e, portanto hoje não é um problema que não é só nosso mas de todo o sistema e que tem e está a ser resolvido, mas de momento não lhe sei dizer qual o valor que está a ser discutido judicialmente, isto porque nós na água não discutimos o montante e aceitamo-lo, no saneamento discutimo-lo todo e só pagamos em tribunal para provar que temos a razão do nosso lado, muito embora o tribunal tenha elaborado uma sentença que diz que os Municípios devem realizar obras que precavejam a separação entre águas pluviais e de saneamento e, enquanto não o fizermos temos que pagar. Ora recordo-me que já realizámos algumas obras dessas na Rua Cónego Patrício, pois já está separado em termos de águas pluviais e saneamento, mas existem tantas pessoas que nas suas próprias casas tem a água do telhado a correrem para o saneamento dentro da sua habitação que não é nada fácil vir a fazer essa separação no futuro e, então temos andado a tentar provar através de argumentos técnicos que custa muito menos tratar a água de saneamento quando chove porque vem mais diluída e com menos químicos e, em boa verdade quando chove muito até abrem a Etar porque não aguenta e passa ao lado na linha de água como sempre passou e até já o conseguimos provar, mas o certo é que o tribunal ainda não nos deu razão a nenhum dos municípios, pois todos estão a arranjar argumentos, a contrapor e a fazer novas medições, porque nós queremos pagar o justo e neste momento achamos que estamos a ser usurpados em aproximadamente em 30 a 40% da faturação e, portanto daí talvez este atraso maior na faturação. Agora também se o problema não fosse suficientemente grande ninguém olhava para ele, porque enquanto o problema for pequeno é nosso, mas se for suficientemente grande já se olha para ele em termos institucionais e políticos, tanto que a Senhora Ministra da Agricultura que está com esta pasta tem vontade de resolver este problema, e a prova está que na nova administração das Águas de Portugal colocou um autarca que deve muito ao sistema, mas em boa verdade e respondendo à Senhora Deputada nenhuma Câmara Municipal está livre de penhora por qualquer credor que tenha uma dívida sobre a autarquia, em que normalmente o que acontece é penhorarem o carro afeto ao Presidente da Câmara para dar mais visibilidade em termos televisivos e de pressão, pois no caso de Gouveia a penhora

----- manteve-se durante duas horas e logo foi levantada, pois este Município nem é devedor em termos do sistema." -----

----- **Francisco Costa Santa Comba, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Bom dia a todos. Gostava de dizer que acho muito estranho esta contabilidade das Águas do Zêzere e Coa, pois como sabem eu tenho uma habitação em Coimbra e as Águas de Coimbra vão cobrar ao consumidor, pois se este gastar quatro metros de água vai pagar precisamente quatro metros de saneamento básico e, por isso não sei que género de contabilidade fazem nas Águas do Zêzere e Coa, pois se estão a cobrar as águas residuais está errado, isto porque a contabilidade é muito fácil de fazer, portanto se o consumidor gastou um metro de água por consumo deve pagar um metro do saneamento básico e, é isto que as Águas de Coimbra fazem.” -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ Há multissistemas municipais em que se acordou que até haver essa aprimoração e separação das águas pluviais e de saneamento, se entende como 70% da água consumida chega ao saneamento e, neste sentido chegámos a fazer essa proposta à Administração das Águas de Portugal e das Águas do Zêzere e Coa e esteve quase aceite mas recuaram, porque como tem a possibilidade de faturarem mais e o tribunal vai-lhes dando razão, vão conseguindo faturar mais aos municípios.” -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Muito obrigado, Senhor Presidente. Penso que foram esclarecidas as dúvidas, mas se houver mais alguma intervenção, senão iremos passar ao ponto seguinte, uma vez que este é só de informação e não tem votação.” -----

-----**2.2. Análise, Apreciação e Aprovação da Proposta n.º 12 - PCM / 2012, Moção - Reorganização do Mapa Judiciário.** -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Foi presente em reunião de Câmara Municipal a 30 de janeiro e foi aprovado por unanimidade. Nesse sentido passo a palavra ao Senhor Presidente para fazer uma pequena introdução.” -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ Muito obrigado, Senhor Presidente. Este assunto da reorganização do mapa judiciário do nosso país já não é novo, pois já por várias vezes veio aqui à Assembleia Municipal nos últimos anos, em que houve sempre o anúncio de encerramento ou de reorganização e, depois mais tarde ou

por um motivo ou por outro esta foi abandonada, ou como no caso do Governo anterior apenas foi iniciado o teste em duas Unidades Estatísticas Territoriais. O mapa judiciário que agora se pretende reorganizar é por iniciativa do Governo e, parte de um trabalho técnico mandado elaborar pela Direção Geral da Administração da Justiça, e em nossa opinião, não só a nível do Município de Figueira de Castelo Rodrigo mas da Associação Nacional de Municípios Portugueses, é uma reorganização que volta a ressuscitar os Distritos, os quais já não serviam basicamente enquanto Unidade Territorial para nada tirando talvez a proteção civil e esqueceu as NUT'S e, no nosso caso concreto vem a propor o encerramento do tribunal de Figueira de Castelo Rodrigo e a sua deslocalização para Vila Nova de Foz Coa. No próprio ensaio é dito que essa reorganização resulta pelo número de processos, quando nós chegámos à conclusão que Vila Nova de Foz Coa tinha menos processos do que Figueira de Castelo Rodrigo, que por ter havido uma diminuição demográfica, mas Vila Nova de Foz Coa perdeu mais gente de que o nosso concelho e, por o tribunal de Figueira de Castelo Rodrigo ser da Câmara Municipal e o de Vila Nova de Foz Coa ser do Ministério da Justiça, o que não corresponde à verdade pois a autarquia apenas adquiriu na altura a Casa dos Magistrados e, portanto o ensaio no nosso caso concreto está pleno de erros, e cometia este grande lapso de enviar um concelho da NUT2 Região Centro para NUT2 Região Norte em que em termos de peritagens, de ordenamento e sempre que existissem questões relacionadas com o ambiente, o território ou de outra natureza causavam um grande problema, uma vez que este concelho pertence ao Centro efetivamente e Vila Nova de Foz Coa ao Norte. Neste sentido, tivemos a oportunidade em defesa dos Municípios de estar no Ministério da Justiça reunidos com a Senhora Ministra, em que não podíamos falar do nosso caso concreto, mas tivemos que falar para dar exemplos de erros que o ensaio tinha e, fomos dizendo à Senhora Ministra que a justiça não era uma ilha e que tinha que olhar para as dinâmicas de desenvolvimento transversal das regiões, inclusivamente levámos fotografias daquele belíssimo Palácio e de facto temos ali uma sala de audiências que deve ser um ativo na Justiça, pois já na altura tivemos a oportunidade de ter cá a visita do Senhor Secretário da Justiça Dr. Conde Rodrigues, em que pode ver in loco que tinha aqui um ativo, que era uma sala de audiências barata, fácil de estacionar, ajardinada pois o Município até trata do ajardinamento envolvente, em que até poderiam vir a ser deslocados audiências e diligências em função da matéria e não do território para diminuirmos as pendências, pois diminuirmos as pendências, pois numa área em que na NUT houvessem muitas contendas

poder-se-ia ter aqui um Tribunal especializado a trabalhar numa área seja no trabalho, no comércio, no crime, ou seja, na área que entendêssemos ser necessário face ao número de pendências, porque de outro modo encerrar a nossa sala de audiências e irmos para a comarca que agora será Distrital, isto porque o modelo novo de reorganização só vai ter 20 comarcas que são as sedes de Distrito e depois vai ter várias secções em cada comarca, quer dizer secções ou tribunais pois ainda não tem a terminologia certa para essa revisão. Agora nós entendemos portanto que este tribunal é um ativo e que a massa crítica que fixa quer a nível de advogados, técnicos de justiça e magistrados são importantes para o território e para o nosso bem-estar coletivo, e que este ativo é muito barato pois na altura disse ao Dr. Conde Rodrigues que era o tribunal mais barato do país e que se encontrasse algum poderia fechar o nosso, porque sabia que não pagava saneamento e que pagava muito pouco de água e portanto na luz e comunicações devíamos estar próximos de outros, mas sabia que tínhamos essa vantagem competitiva e, portanto era a sala de audiências mais barata do país, tal como pude dizer agora à Senhora Ministra esse facto e com um tribunal eficiente, bem localizado, com trabalho para realizar e, este tribunal não deve fechar para cumprirmos esse desígnio último da justiça eficaz, célere e de qualidade que todos nós queremos, mas para além disso também pretendemos desenvolvimento local e queremos que haja uma atenção especial às nossas transversalidades e às nossas dinâmicas, pois existem investidores que poderiam questionar se investiam ou não num concelho que tem ou não tribunal, porque não podemos colocar a justiça, pois quando falei na justiça de proximidade disseram-me logo que o tribunal não era para as pessoas de Figueira de Castelo Rodrigo pois não seríamos nós os destinatários, ou seja, não seria o cidadão normal de Figueira o destinatário da justiça, são situações extraordinárias, porque nós somos todos boas pessoas e não cometemos muitos crimes e nem temos muitas litigâncias e, portanto que não perderíamos muito nessa justiça de proximidade, mas penso que sim que perdemos, uma vez que perderemos a oportunidade de termos ali um tribunal que nos resolva logo o problema, assim como toda essa massa crítica que um tribunal envolve e, portanto como até hoje e nos últimos anos encerraram demasiados serviços e instituições em Portugal e, com esses encerramentos o nosso País está cada vez mais pobre, em emergência social e à beira da bancarrota e não nos levou a lado nenhum, assim como não deu uma única poupança, tal como não dará com o encerramento do nosso tribunal e, portanto é o que consta na

moção, na carta enviada à Senhora Ministra da Justiça e das reuniões que já tivemos. Por outro lado, vamos ter uma nova reunião com a Senhora Ministra já a título do Município de Figueira de Castelo Rodrigo que já está solicitada. Também na Ordem dos Advogados estão a ser realizadas diligências no sentido de que o estudo seja aprimorado e, portanto é a moção que foi votada por unanimidade no Município, a qual é um pouco dura porque de facto está em causa um grande valor e interesse do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, pois é uma moção de desagrado e que tem até alguma dureza na forma e na terminologia utilizada, porque achamos que todos devemos estar juntos nesta luta." -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Muito obrigado, Senhor Presidente. Chamo a atenção que a par da moção que se encontram parte das comunicações que a Câmara Municipal levou a cabo, nomeadamente aquela que foi enviada também para a Ministra da Justiça que rebate o ensaio em si, pois a moção é mais genérica, mas o ofício n.º 102 que está em anexo saiu mais aprofundado, pois vai no sentido do discurso do Senhor Presidente da Câmara Municipal. Vou passar a palavra ao Dr. Feliciano Martins." -----

----- **Feliciano Pereira Martins, Deputado Municipal:** " Bom dia a todos. Esta Assembleia vai um pouco na onda das felicitações, pois a Mesa já felicitou o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Presidente da Câmara já felicitou a Mesa e eu felicito ambos, não só pelas novas funções da Mesa, pela nova Mesa, mas também o Senhor Presidente de Câmara por pertencer à Associação Nacional de Municípios Portugueses. De vez em quando este ciclo acontece no interior, o ciclo de fechar serviços e eu temo que não fiquemos por aqui, porque tentativas destas vão continuar, há de ser as finanças e até já se falou que era o Município, ou seja, serviços públicos é uma tentação de alguém pensante fechado no interior dos serviços públicos, com se isso fosse um modelo de desenvolvimento, não percebo de facto como diz e bem o Senhor Presidente da Câmara, é o arrepio do que são políticas de desenvolvimento regional, pois fechar serviços públicos é contrário a tudo aquilo que devem ser as boas políticas regionais de desenvolvimento, mas de vez em quando há iluminados, pensam que vão resolver problemas e geralmente estas coisas são feitas em nome de reformas estruturais, em que vocês não sei se tem medo desta palavra mas eu tenho, porque quando oiço alguém falar que vai haver reformas estruturais eu arrepio-me, porque normalmente estas conduzem a mais desemprego, precariedade e austeridade, ou seja, coisas complicadas reformas estruturais e, então na justiça quando se falam nelas

são de arrepiar, pois a gente ouve os comentadores que agora estão na moda, os opinadores, e eles falam e dizem logo reforma do sistema judicial e, depois nas televisões andam muito na moda vejam os diretos, as horas que as televisões perdem nos tribunais, pois é raro o dia em que não haja um direto porque há casos imediatos, é a mãe que bateu no filho, o filho que bateu na mãe e andamos nisto e pensa-se desses exemplos que são exemplos da justiça, do atraso, das preocupações da justiça. Eu dei aulas de Processo Civil durante vinte anos nas Faculdades, e esta é uma área importante no sistema judicial, e eu nas primeiras aulas aos meus alunos lia um texto, o qual falava nos atrasos da justiça, da necessidade de haver celeridade na justiça, nos encargos da justiça, nas formalidades exageradas da justiça, e o que eu pedia aos meus alunos é que vejam lá de que data é que será este texto e eles todos diziam que era atual, mas não o texto era de 1926, na altura em que se fez o primeiro Código do Processo Civil, da autoria do Professor Alberto dos Reis, ou seja, em 1926 já se falava nisto, dos problemas da justiça, a morosidade, os custos, se é cara, se é atrasada, chega tarde, tem muitos formalismos. Vejam desde 1926 para cá que falam em reformas, mas a verdade é que continuamos com estes problemas na justiça, pois os problemas são sempre os mesmos, celeridade não há, há atrasos, há pendências, há custos, pois parece que as tais reformas estruturais desde então para cá não aconteceram ou se aconteceram não resolveram o problema, pois é de ter medo desta reforma estrutural. Neste caso concreto vejam a Lei n.º 56/2008 que entrou em vigor em 2009 criava um novo mapa judiciário, ou seja, já passaram dois anos, mas nestes assuntos não podemos andar com mudanças todos os dias, pois no sistema judicial não pode andar a mudar de leis como quem muda de camisa, uma vez que estas coisas tem que ter alguma estabilidade, pois não podemos a andar a mudar de códigos e de leis fiscais todos os dias, porque se há sítio onde é preciso ter estabilidade o sistema fiscal é um deles, pois vejam que até se falava de pactos de justiça para dar a ideia de que estas coisas tem de que ter continuidade, mas isto não é chegar alguém que de repente é iluminado e diz que vai fazer uma reforma, e então o que está para trás já analisou, já pensou, já viu se é boa se é má, não presta, não importa vou conceber uma nova. Em 2009 entrou em vigor a tal reforma do sistema judiciário, a qual passava de 300 comarcas para 39, pois era a base das NUT'S, da Unidade Territorial abrangente, mas esta reforma não era só o território, isto é, esta reforma não se preocupou só com esta questão, a qual já é importante porque de facto é preciso ganhar escala, pois reparem que 300 comarcas

eram 300 unidades, 300 secretarias judiciais e isto tem custos, ineficiências e vamos arranjar escala a qual era NUT, em que existia a do Alentejo e Litoral, a do Baixo Vouga, a da Cova da Beira e por aí fora. Portanto esta reforma não era só o território mas já era importante, em que passámos de 300 comarcas para 39, mas também tinha outras questões mais importantes que era o modelo de gestão e a mobilidade de recursos humanos, mas principalmente o modelo de gestão, que este ensaio curiosamente diz que é para manter, ou seja, o próprio ensaio diz que essa reforma até tinha coisas boas principalmente o modelo de gestão que vamos manter e aperfeiçoar, nós agora queremos um plano para o território, mas ele também não explica porque é que há de ser NUT e passar a ser sede de Distrito, não diz, pois a pessoa que elaborou o ensaio a única coisa que diz é que as pessoas que estão mais familiarizadas com o nome do seu Distrito, é que assim sabem que é o tribunal da Guarda, pois falar no Baixo Alentejo ou Alentejo Litoral as pessoas parece que não identificam bem, mas é só por isto por um problema de identificação como o ensaio deixa transparecer que mudamos completamente de paradigma, pois esta lei estava em vigor, estava a ser trabalhada e devia ser aperfeiçoada. Depois também é preciso perceber que se existe serviço público que é preciso ter muito cuidado em mexer é o serviço de justiça, porque este não tem uma função instrumental de resolver litígios e problemas das pessoas, tem uma função simbólica de moderação social, de criar nas pessoas um espírito de paz social e essa é que é importante mantê-la e, é por isso que devemos ter cuidado quando tratamos desta matéria do sistema judicial. Para além de ter medo das reformas estruturais também tenho muito medo da troika, porque quando esses Senhores chegaram ao nosso país achavam que vivíamos num luxo exagerado, pois tínhamos reformas de duzentos euros e um emprego era um luxo, tal como a quantidade de funcionários públicos que existiam. Claro que entre outros assuntos resolveram tratar do sistema de justiça, mas claro que o que eles sabiam do nosso sistema de justiça era o que ouviam dos tais opinadores, que a justiça causa um mal enorme à economia, porque é ineficiente, lenta e atrasada. Nesse sentido o que ficou acordado na área da justiça, no primeiro memorando com a troika a 17 de maio de 2010, pois ainda era o Governo anterior, foi melhorar o funcionamento do sistema judicial que é essencial para o funcionamento correto e justo da economia, pois se tem um sistema que emperra a economia então vamos melhorá-lo e, explicam como é que isto se faz e a dada altura no ponto 7.1 do memorando diz para intensificar a implementação de medidas propostas ao abrigo do novo mapa judiciário que depois mais à frente no ponto 7.3 fala no

acelerar do novo mapa judiciário criando 39 comarcas, isto foi o que nós nos comprometemos a fazer, ou seja, o que havia de compromisso entre o Governo e a troika era aprofundar, o que faz sentido, a tal reforma que estava em curso nomeadamente no seu modelo de gestão. A primeira atualização do memorando é de 1 de setembro de 2011 já com este Governo e, essa atualização volta a dizer o mesmo, continuar a aplicação do novo mapa judiciário e a criação de 39 comarcas, ou seja, continuava a solução, vamos aprofundar isso, só que na nova atualização do memorando a 09 de dezembro de 2011, o Governo como é costume quer ser mais papista que o papa e mais troikista que a troika e, então na nova versão diz claramente que já se compromete o Governo a criar um novo mapa e que vai ao ponto de reduzir comarcas e fechar tribunais por falta de uso, ou seja, onde há o compromisso de fechar tribunais aparece agora nesta atualização, pois é caso para perguntar porquê, então quer dizer nós estávamos a comprometer e estava a correr bem, a dizer que aquele mapa judiciário era para aprofundar, melhorar e implementar e, de repente já não é o mapa das 39 comarcas, mas já dizem que vão fazer um novo que pode levar ao encerramento de tribunais. Pois é mas aqui é que nasce o problema, porque não havia esta necessidade de por vezes sermos mais troikistas que a troika e deu nisto. Para além disto, este ensaio não resolve nenhum problema que nós nos comprometemos com a troika, pois o problema com que nós nos comprometemos com a troika é arranjar uma melhor justiça, eficiente e que vá de encontro à economia, esse é que é o nosso objetivo e é isso que a troika quer que seja uma justiça seja mais eficiente e com menos custos, pois quem fez este estudo não se preocupou com coisas de eficiência nem com a celeridade de justiça, porque não está demonstrado que fechando esses tribunais a justiça fica mais barata ou célere pois o estudo não o demonstra, mas diz algo que é preocupante que são os custos desta reforma, pois esta tem mais custos que benefícios, porque no tal ensaio dizem quais são as tarefas para implementarem esta reforma, as quais passam pela alteração do quadro legal organizativo, portanto temos que alterar três leis, isto numa zona da justiça em que as leis tem que ter alguma consistência, depois temos que alterar os estatutos profissionais, ou seja, dos funcionários judiciais, dos magistrados e do ministério público, vejam bem a polvorosa que vai ser, quando era preciso estar tudo a trabalhar para diminuir pendências e, ainda é necessário formar e colocar pessoal, assim como a alteração das estruturas físicas, pois é preciso obras e os custos disto, quer dizer quando nós nos

comprometemos a ser mais eficientes e a reduzir custos estamos a aumentá-los, pois ninguém de bom senso consegue justificar uma medida destas e levá-la para diante. Até digo mais estes tribunais que querem fechar são de baixo custo, tem poucos recursos e, eu estive a fazer contas e só a compra pelo Ministério da Justiça do Tribunal da Boa-Hora e se fizerem obras são vinte ou trinta milhões de euros que vão gastar, os quais davam para a manutenção destes tribunais para dois, três anos, ou seja, são disparates pois numa altura que é preciso poupar e racionalizar, criamos reformas que só vai dar instabilidade aos funcionários e magistrados, vão andar ausentes dos processos, vão arranjar custos em termos físicos de obras, não sei para quê. Portanto é de apoiar esta moção, é de ser veemente na defesa dela, porque não obedece a nenhuma lógica de racionalidade e muito menos defende o sistema de justiça que deve ser de proximidade e que deve ter uma função simbólica. Obrigado." -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**” Peço atenção aos tempos de intervenção, pois não queria entrar já com considerandos de ordem técnica, mas para agilizar peço que todos tentem manter as suas intervenções dentro do tempo, uma vez que a maioria das intervenções vêm preparadas conseguem perfeitamente ajustá-las ao tempo necessário, não obstante da intervenção ter sido valorosa obviamente. Muito obrigado. Vou passar a palavra ao Deputado Sérgio Ribeiro.” -----

----- **Sérgio André da Silva Ribeiro, Deputado Municipal:** “ Dizer só e queria que isto ficasse bem claro só enquanto figueirense, quanto a esta proposta não tenho muito mais a acrescentar porque em termos de justiça não percebo muito mais que o comum dos cidadãos, pois tenho a preocupação de que exista um tribunal de proximidade para resolver os problemas de todos. Tal como disse o Dr. Feliciano Martins também me arrepio quando se fala neste país em reorganização, porque normalmente esta quer sempre tirar ao interior e tirar mais uma vez, porque em Lisboa nada se fecha tudo se mantém, pois para além desta situação e nas preocupações que tenho mais a nível pessoal e de conhecimento, é que devemos-nos começar já a preocupar e queria alertar a Assembleia para o facto que já se fala no fecho da Maternidade da Guarda, isto quando a rede hospitalar é de essencial importância para fixar pessoas no interior, mas o problema neste país é que mudam os Governos mas as vontades mantém-se sempre na mesma que é fechar e, não há um fio condutor que nos conduza a uma descentralização das grandes capitais de Distrito.” -----

----- **Feliciano Pereira Martins, Deputado Municipal:** “ É preciso perceber que onde há problemas na justiça é no litoral, pois as estatísticas dizem-no e passo a dar um exemplo, no ano de 2010 a nível de processos cíveis, em que a duração média da ação executiva é elevada nas comarcas do litoral e também nas capitais de Distrito, o que não a admira pois Lisboa e Porto tem 80% das pendências, ou seja, aí é que estão os problemas e aí é que é preciso resolve-los e não andar com outras preocupações e, mais sabemos nós que 60% das pendências tem a ver com processos cíveis, e desses 60% grande parte é ação executiva e, portanto estão identificados os problemas e não é preciso andarem-nos a chatear e a complicar a vida, pois os problemas estão identificados é preciso é saber resolver, mas muitas vezes para não se resolverem, a reforma estrutural é a melhor forma de dizer que não vai resolver o problema, e no penal sucede o mesmo porque os processos crime de duração média são mais elevados no litoral e, aí é que está o problema.” -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Colocada à votação foi aprovada em minuta por unanimidade dos votos dos membros presentes. Informo que o conteúdo da moção já foi enviada a todos os Órgãos de Soberania, Presidente e Assembleia da República, Ministra da Justiça, Operadores Judiciais como o Sindicato dos Juizes e a Ordem dos Advogados Portugueses. Haverá mais novidades posteriormente, uma vez que as reuniões estão a decorrer, o Senhor Presidente penso que irá ser recebido em Lisboa proximamente e, certamente que na próxima Assembleia teremos novidades, espero eu boas para o nosso concelho.” -----

-----**2.3. Análise e Apreciação da Informação relativa à execução do programa de incentivo à plantação de amendoeiras e castanheiros.** -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Nesse sentido passo a palavra ao Senhor Presidente para uma breve introdução. “ -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ De tempos em tempos temos vindo trazendo aqui informação sobre a execução dos regulamentos em vigor e, neste caso concreto trata-se da plantação de amendoeiras e castanheiros e outras árvores autóctones. Recordo o Senhores Presidentes de Junta que também estamos abertos à plantação de figueiras onde elas forem viáveis, já que o nosso concelho se designa Figueira de Castelo Rodrigo e temos muito poucas figueiras para mostrar a quem nos visita, e conseguimos apoiar cerca de 24 mil árvores a particulares e as freguesias mais

o Município plantaram mais cerca de 7 mil árvores e portanto temos 31 mil árvores, o que é um número que a todos nos apraz registar como interessante não do ponto de vista do investimento que não foi grande, mas do ponto de vista da eficácia e do resultado e, ainda a dias falava com uma pessoa que está a fazer uma grande fábrica em Pinhel de descace de amêndoa, que me diz que vai comprar toda a amêndoa que houver na região, porque ele está a investir dois milhões de euros e que vai ser a maior fábrica da região centro e, portanto vai haver escoamento do produto, mas é claro que ele também tem sempre produto dos E.U.A, e o preço de referência será sempre o da importação e não sei se vai muito lucrativo ou não do nosso ponto de vista, mas ele sabe que a nossa amêndoa é melhor e, no fundo dirigiu-se a mim e disse-me que dentro de meio ano vai comprar toda a amêndoa que esteja disponível na região e, portanto não foi em vão que plantámos as amendoeiras, pois vai haver escoamento para o produto e isso vai ser interessante." -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Muito obrigado, Senhor Presidente. Realmente foi uma medida inovadora e posso partilhar aqui com os Senhores Deputados, que logo que foi aprovada por esta Assembleia, os Municípios vizinhos fartaram-se de telefonar para a Câmara Municipal a solicitar cópia do regulamento e também eles o implementaram, em jeito de replicarem esta medida e, realmente basta dar uma volta pelo concelho e de certeza que veem diferenças desde de 2007 para cá, pois 30 mil árvores ainda fazem alguma diferença e, recordo que a medida ainda está em vigor pelo menos até 2013, para quem conheçam e tenham interesse nesta medida." -----

-----**2.4. Análise, Apreciação e Aprovação da Proposta n.º 18 - PCM / 2012, Voto de Louvor ao Dr. Mário José Pimentel Saraiva Salvado.** -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Passarei a palavra ao Senhor Presidente. " -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** " Muito obrigado. É um facto para todos a possibilidade que o Dr. Mário José Pimentel Saraiva Salvado, é alguém que nos marcou do ponto de vista na dinâmica do poder local, foi um professor de muitos de nós, uma pessoa de bem do nosso concelho e um autarca quer no executivo quer depois no deliberativo que prestou muito serviço público ao concelho e, que foi Deputado às Constituintes logo nas primeiras eleições depois do 25 de Abril. Por isso, o Município neste momento em que ele tem que se afastar por motivos de saúde, não poderia deixar de demonstrar essa admiração e apreciação positiva com um voto de louvor ao seu trabalho

positivo e aos muitos ensinamentos que nos pode prestar enquanto cidadão, enquanto professor e enquanto autarca. Sem dúvida que é uma pessoa que todos gostamos de ouvir falar, é um grande orador que põem muita emoção e que sente muito as coisas que fala, o seu concelho, a agricultura e a ruralidade e, portanto penso que não ficamos mais pobres porque ele não nos abandonou e, vai continuar a produzir conteúdos, informação e opinião, não o fará institucionalmente neste lugar para o qual foi eleito, mas é um cidadão com o qual podemos sempre contar enquanto cidadão interessado e que ocupou cargos de gestão superior sempre com idoneidade e reconhecimento público.” ---

----- **Feliciano Pereira Martins, Deputado Municipal:** “ Eu acho que este voto de louvor peca por defeito. O Dr. Salvado habituamo-lo a ver nesta Assembleia, e à que reconhecer que esta perde aqui um elemento fundamental e importante pela dimensão que ele tem. Uma dimensão humana, cultural e cívica, e mesmo então quando ele punha aquele ar professoral a dar-nos algumas lições de pedagogia nós gostávamos de ouvir, e mesmo até quando embirrava comigo e me tirava a palavra e penso que o novo Presidente deve rever esses momentos, mesmo aí estava bem, pois estava bem no exercício da democracia e também nada a opor e, portanto a Assembleia Municipal fica mais pobre, porque é a massa crítica, pois tem uma dimensão crítica muito acima de nós, umas valências humanas, um passado e um adquirido que nós todos tínhamos a ganhar em o ouvir e aprendíamos aqui com ele, apesar de por vezes achar que nos estava a maçar, mas gostávamos, pois era a forma como ele dizia isto que podíamos pensar que nos estava a maçar mas não estava, porque estávamos a gostar de o ouvir e só nos enriquecíamos com isso. Portanto o Voto de Louvor pecará por defeito, porque muito mais coisas haveria a dizer deste homem bom que passou por Figueira de Castelo Rodrigo e, acima de tudo pela sua costela regionalista bondosa, porque há regionalistas que só criam problemas, uma vez que era atuante e pró-ativo nestas matérias e, até por isso. Nesse sentido eu diria Voto de Louvor ainda bem vamos associar-nos a ele, mas dizendo que peca por defeito, pois poderiam ter sido ditas mais coisas sobre o Dr. Salvado.” -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ O Município está a preparar uma cerimónia evocativa deste Voto de Louvor e deste reconhecimento da sua dimensão humana, cívica, democrática e cultural, tal como a própria Assembleia Municipal pois era aqui que ele exercia o seu lugar, poderá dar todo o apoio necessário a essa cerimónia, a qual deve decorrer no Feriado Municipal, isto se já estiver melhor da sua

saúde pois parece que está a recuperar bem e, portanto nesse momento será prestada essa evocação da sua dimensão humana, cultural, cívica e democrática e todos os Deputados e Presidentes de Junta de Freguesia estão convidados para essa cerimónia singela, pois se temos a oportunidade de homenagear pessoas vivas com o reconhecimento deste tributo do muito que prestaram à causa pública acho que podemos e devemos fazer. Neste caso fomos apanhados um pouco de surpresa, mas foi aconselhamento médico que ditou que o Senhor Dr. Salvado se afastasse de responsabilidades e de obrigações e, portanto foi o Voto de Louvor que aprovámos logo de imediato, sem prejuízo de fazermos esta evocação em cerimónia que depois vamos convidar todos." -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Sim, Senhor Presidente. Era o que eu ia partilhar com esta Assembleia, que foi decidido logo na altura conjuntamente com a Câmara Municipal que este voto seria pouco para homenagear a pessoa e, nesse sentido informo que irá ser preparada uma homenagem de outra dimensão juntamente com a Assembleia e Câmara Municipal e, talvez na próxima sessão se nomeie uma mini - comissão de dois ou três Deputados para que possam coordenar em conjunto com a Câmara Municipal apesar de ainda não estar nada definido, talvez a recolha de depoimentos de pessoas que partilharam a vida pública com o Dr. Mário Salvado, pois existirão diversos tipos de homenagem que poderão ser feitos, e de certeza que o resultado final será uma homenagem à altura e de respeito à sua influência neste concelho. Dizer que pessoalmente tive muito prazer em privar com o Dr. Mário Salvado, assim como tive o prazer de o poder acompanhar em diversas deslocações que fizemos ao serviço desta Assembleia Municipal e, privar e ficar amigo dele compartilhando momentos da vida pessoal tanto minha como dele, para além das questões políticas é realmente uma pessoa maior como dizia o Dr. Feliciano Martins, pois é maior que o vulto que ele faz uma vez que é uma pessoa grande, mas tem uma sombra atrás dele muito maior que a sua estatura física e, realmente acima de tudo tornou-se um grande amigo pessoal e um grande amigo de Figueira de Castelo Rodrigo, e nesse sentido no nosso Feriado Municipal de certeza que lhe faremos a homenagem correta e devida. Nesse sentido se não houver mais intervenções vou colocar à votação este Voto de Louvor. Colocada à votação foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes. Este Voto de Louvor será devidamente endereçado ao Senhor Dr. Mário Salvado. " -----

-----**2.5. Análise, Apreciação e Aprovação da Proposta n.º 23 - PCM/2012, Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos.**-----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Chamo a atenção de que a informação que vos foi distribuída pelo correio foi trocada por outra informação e o Senhor Presidente já vai explicar porquê, pois é um lapso de uma linha de rubrica que foi alterada e erradamente distribuída, mas o Senhor Presidente poderá explicar melhor.” -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ Muito obrigado. Trata-se da primeira revisão ao Orçamento e que não tem uma alteração muito significativa, pois era necessário dotar e reforçar as disposições não abatidas nos pagamentos do lado da receita porque era necessário tecnicamente fazer isso e, depois acabámos por proceder a alguns acertos noutras rubricas designadamente na compra de imóveis, porque o Município tem uma política na área do imobiliário de disponibilizar algum espaço, terrenos e edifícios que temos para habitação e, à medida que os vamos vendendo utilizamos esse capital vamos investindo em habitação social e em apoio às pessoas mais desfavorecidas e, portanto como forma de darmos dinâmica a este nosso ideal, estamos a comprar pequenas casas em núcleos antigos em ruas onde vive muito pouca gente ou quase ninguém, em que compramos de facto muito barato para recuperar e para aí voltarmos a colocar pessoas a viver para dar vida a esses bairros, a esses núcleos antigos e essas ruas e, para que não fique aquela imagem de ruas inteiras desabitadas. Portanto é uma preocupação que os Senhores Presidentes de Junta devem ter nas vossas freguesias, tanto que eu recordo-me de ter tido uma reunião convosco no sentido de estar disposto a apoiar a fixação de jovens casais sobretudo em freguesias como os nossos plenários, ou seja, nas freguesias onde haja menos gente porque de facto temos de repovoar o território. Isto que eu estou agora a dizer já não tem a ver com esta revisão técnica do Orçamento, mas vamos aqui apresentar na próxima Assembleia Municipal um Plano de Repovoamento Agrário na esteira do que o Senhor Presidente da República nos lançou em termos de repto nacional, pois o país tem 90 mil nascimentos o que é sobejamente pouco para a viabilidade do país a prazo, pois quando eu nasci nascemos 217 mil e, portanto acho que podemos dizer que não são os subsídios que fazem nascer mais pessoas, são as dinâmicas de investimento e é verdade, mas vejam nós aqui na linha de fronteira se nos compararmos a Penamacor, Sabugal, Almeida e a Freixo

de Espada à Cinta e podemos e devemos comparar-nos, nós somos o concelho que temos mais nascimentos, pois nós temos mais nascimentos do que Almeida, Penamacor e Freixo de Espada à Cinta juntos, uma vez que tivemos 56 nascimentos apoiados o ano passado enquanto Almeida teve cerca de 20 o que é muito pouco, pois estamos a falar de números muito pouco significativos os quais quase não dão para formar uma turma na escola, mas o certo é que todo este interior está mesmo a morrer do ponto de vista da natalidade e das dinâmicas de pessoas e, portanto só temos uma forma que é acrescentar pessoas ao território, ou seja, trazer pessoas para os nossos Lares e Centros de Dia, isto é, para as nossas valências, trazer dinâmicas empresariais pois Figueira de Castelo Rodrigo vai ter um Centro de Inspeção Automóvel, em que será decidido este mês qual a empresa que vai ganhar esse investimento e, portanto a partir de março penso eu já teremos a viabilidade do investimento em curso, pois existem dinâmicas empresariais que não podemos perder, como seja por exemplo o nosso Centro de Saúde, em que já tivemos uma reunião com a nova Administração da ULS - Unidade Local de Saúde da Guarda e está garantido a construção do nosso novo Centro de Saúde e, de resto falámos com o Senhor Primeiro - Ministro no Domingo sobre esse tema e outros e ficámos de certa maneira reconfortados com algum investimento de proximidade que ainda vamos ter, assim como lhe transmitimos a nossa grande preocupação de que as portagens estavam caras na A23 como na A25 e o Governo parece que vai rever essa situação, porque hoje como as portagens estão altas têm muito menos gente nas autoestradas e ninguém ganha, pois estragam-se as Estradas Nacionais e aumenta-se a perigosidade e o número de acidentes nas Estradas Municipais e Nacionais e, portanto essa situação será também em breve revista. No fundo estou a dizer isto e a sair um pouco do tema e peço desculpa Senhor Presidente da Mesa, para pedir aos Senhores Deputados que podem dar incrementos para o Plano de Repovoamento Agrário, porque nós vamos de certo modo condensar os poucos apoios que temos, uma vez que os Municípios estão com cortes consecutivos nas transferências do Orçamento de Estado, nunca a Administração Central foi tão centralista, nunca cobrou tantos impostos e transfere menos para o municipalismo, mas o certo é que ainda assim entre fazer uma obra às vezes um equipamento, ou apoiar uma dinâmica de território como fizemos recentemente com os agricultores quando se apetrecharam a nível dos equipamentos, ou então como fizemos a nível de fixação de novos casais ou a nível de criação de postos de trabalho, em que lançamos um repto ao Governo nesta área, no sentido de que a Câmara Municipal pudesse

apoiar com mil e quinhentos euros a criação de postos de trabalho na agricultura e, o Governo na renovação do contrato apoiaria com outros mil e quinhentos euros, para além do subsídio até 50% do salário que já está em vigor, em que o empregador poderá pagar também ao empregado e, isso pode dar aqui uma dinâmica de empregabilidade, pois nós chegámos aos 80 postos de trabalho criados com o apoio do Município e se calhar criavam-se na mesma, mas o certo é que o apoio do Município foi importante e o Estado e, foi isso que eu disse ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Social que estava devedor de uma centena de milhares de euros ao Município de Figueira de Castelo Rodrigo, porque por cada emprego ainda que em salário mínimo criado, ao fim de três anos ele recebeu mais de sete mil euros de taxa social única, ou seja, com o esforço que o Município está a fazer o Estado e a Administração Central é que recebe a Taxa Social Única e que nós estávamos credores desse valor para que ele pudesse aqui investir experimentalmente para aqui criar uma dinâmica de empregabilidade. Também estivemos reunidos com o Senhor Secretário da Agricultura no sentido também de lhe propor a nível da agricultura algo de experimental para aqui, porque o nosso concelho quer queiramos quer não ainda que despovoado, ainda está ordenado do ponto de vista agrícola e as pessoas ainda acreditam no território e, ele é um mosaico bonito e bem trabalhado e portanto acho que isto tem de ser premiado, quer do ponto de vista ambiental quer do ponto de vista de ocupação dos espaços e, nós vamos neste programa que temos voltar a privilegiar a agricultura e a agroindústria, vamos privilegiar as denominações de origem protegida, as patentes, as marcas, a ida lá fora a vender os nossos produtos, para não sermos nós Município a fazê-lo, vamos apoiar diretamente cada um dos produtores que possa ir lá fora vender os produtos, vamos apoiar o arrendamento agrário para pessoas que queiram mesmo trabalhar e não tenham terras, em que pensámos criar um Banco de Terras Municipal mas isso a mim que sou mais liberal parecia-me planificação a mais e, portanto quando há demasiada intervenção do Estado as coisas acabam por correr menos bem e, neste sentido tem de ser os privados a arriscar e, portanto vamos dar um subsídio ao arrendamento, vamos continuar a dar com sacrifício o subsídio à natalidade e à fixação de jovens casais, à criação de postos de trabalho, à criação de empresas privilegiando os jovens obviamente, pois criaram-se várias empresas no concelho com o nosso apoio, em que algumas não tem nenhuma atividade aqui, pois existe uma empresa que exporta para o Togo, ou seja, compra produtos no país e exporta

para o Togo, mas tem sede em Figueira de Castelo Rodrigo e, é um pequeno exemplo de que o apoio às vezes de pouco dinheiro e investimento traduz-se depois numa realidade, pois já o aqui dissemos na última Assembleia quando foram conhecidos os dados do Instituto Nacional de Estatística, que o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo foi aquele que mais subiu em poder de compra no país, talvez porque estávamos numa situação muito difícil e em baixo, pois subimos de 52% para 64% da média nacional em dois anos e, portanto existe aqui de facto uma dinâmica e uma realidade que todos temos de aproveitar. Por isso na próxima Assembleia Municipal que eu vou pedir ao Senhor Presidente que marque extraordinariamente, serão debatidos esse Programa que vamos chamar Minha Terra, em que o nome vem um pouco de Cabo Verde e tentámos que viessem uns casais desse país para o nosso território mas não conseguimos porque eles só querem ir para o litoral, mas temos muitos búlgaros a trabalhar na agricultura sinal de que existe empregabilidade nessa área, tanto que vamos dar um curso de português e de cidadania à comunidade búlgara, pois temos cerca 110 búlgaros no concelho, em que já tivemos os ucranianos, alguns brasileiros, temos alguns chineses e já atribuímos um subsídio a um chinês por natalidade aqui no concelho, assim como a reorganização do território, pois como sabem existe uma proposta de lei que foi apresentada na Assembleia da República, a qual será discutida no dia 1 de março e depois baixará na especialidade e, assim que esteja aprovada marcamos uma Assembleia para aqui decidirmos que reorganização queremos e, portanto são esses dois assuntos mais importantes que vão motivar uma reunião extraordinária em finais do mês que vem." -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Muito bem, Senhor Presidente. Um pouco fora daquilo que estávamos a discutir, mas realmente a próxima Assembleia será extraordinária, não só extraordinária de nome mas também extraordinária para o nosso concelho porque irá marcar uma viragem do que era o municipalismo para nós, pelo menos pelas indicações que temos as coisas estão a mudar muito rapidamente, pois o mapa autárquico vai diminuir pelo menos 25%, o que é já um ganho daquilo que era o primeiro desenho que previa quase uma diminuição de 50% de freguesias e, por isso vamos ver como é que vai sair a nova lei, pois como sabem tem de ser aprovada na Assembleia da República e por isso vamos ver como é que vai surgir e, extraordinariamente ainda no Mês de março de certeza que nos iremos reunir aqui para tentar debater estas duas situações. Colocada à votação foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes." -----

-----**3. Outros assuntos:**-----

-----**3.1. Correspondência recebida e outras informações.**-----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Na documentação em anexo uma vez que já não há mais propostas, está o pedido de exoneração do ex - Senhor Presidente da Assembleia Municipal, assim como toda a documentação relativa à moção contra as portagens nas SCUT's na A23 e na A25 que foram distribuídos por todos os órgãos de soberania e todos eles responderam como podem observar."-----

-----**3.2. Intervenção do público.**-----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Não havendo mais nenhuma questão e se tudo correr bem cá nos encontraremos em março para essa sessão extraordinária. Bem hajam a todos."-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade de votos dos membros presentes, que a presente ata fosse aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do artigo 40º, do Regimento da Assembleia Municipal e do n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.-----

-----Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou encerrada a sessão, quando eram doze horas, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim, Lucília de Jesus Patrício Velho, Assistente Técnica da Câmara Municipal, que a secretariei e redigi e pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Luís Ricardo Beato Pereira.-----

